

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOLEDADE DE MINAS



CÓDIGO DE POSTURAS
LEI MUNICIPAL Nº 433/73



§2º- Os infratores que estiverem em débito de multa não poderão receber quaisquer quantias ou créditos que tiverem com a Prefeitura, participar de concorrência, coleta ou tomada de preço, celebrar contratos ou termos de qualquer natureza, ou transacionar a qualquer título com a administração municipal.

Artº.7º- As multas serão impostas em grau mínimo, médio ou máximo.

Parágrafo único – Na imposição da multa e para graduá-la, ter-se-á em vista:

- I - A maior ou menor gravidade da infração;
- II - As suas circunstâncias atenuantes ou agravantes;
- III - Os antecedentes do infrator, com relação às disposições deste Código.

Artº.8º- Nas reincidências as multas serão cominadas em dobro.

Parágrafo único – Reincidente é o que violar preceito deste Código por cuja infração já tiver sido autuado e punido.

Artº.9º- As penalidades a que se refere este Código não isentam o infrator da obrigação de reparar os danos resultante da infração, na forma do artigo 159 do Código Civil.

Parágrafo único – Aplicada a multa, não fica o infrator desobrigado do cumprimento da exigência que a houver determinado.

Artº.10º- Nos casos de apreensão, a coisa apreendida será recolhida ao depósito da Prefeitura; quando a isto não se prestar a coisa ou quando a apreensão se realizar fora da cidade, poderá ser depositada em mãos de terceiros, ou do próprio detentor, se idôneo, observadas as formalidades legais.

Parágrafo único – A devolução da coisa apreendida só se fará depois de pagas as multas que tiverem sido aplicadas e de indenizada a Prefeitura das despesas que tiverem sido feitas com a apreensão, ou transporte e o depósito.

Artº.11º- No caso de não ser reclamado e retirado dentro de 60 (sessenta) dias, o material apreendido será vendido em Hasta pública pela prefeitura, sendo aplicado a importância apurada na indenização das multas e despesas de que trata o artigo anterior e entregue qualquer saldo ao proprietário, mediante requerimento devidamente instruído e processado.

Artº.12º- Não são diretamente puníveis das penas definidas neste Código:

- I - Os incapazes na forma da lei;
- II - Os que forem coagidos a cometer a infração.

Artº.13º- Sempre que a Infração for praticada por qual quer dos agentes a que se refere o artigo anterior, a pena recairá:

- Sobre os pais, tutores ou pessoas sob cuja guarda estiver o menor;
- I - Sobre o curador ou pessoa sob cuja guarda estiver o louco;
- II - Sobre aquele que der causa à contravenção forçada.



Capítulo III

Dos Autos de Infração

Artº.14º- auto de infração é o instrumento por meio do qual a autoridade Municipal apura a violação das disposições deste Código e de outras leis, decretos e regulamentos do Município.

Artº.15º- dará motivo á lavratura da auto de infração qualquer violação das normas deste Código que for levada ao conhecimento do prefeito, ou dos chefes de serviço, por qualquer servidor municipal ou qualquer pessoa que a presenciar, devendo a comunicação ser acompanhada de prova ou devidamente testemunhada.

Parágrafo único – Recebendo tal comunicação, a autoridade competente ordenará, sempre que couber, a lavratura do auto de infração.

Artº.16º- ressalva a hipótese do parágrafo único do artigo 106, são autoridades para lavrar o auto de infração os fiscais, ou outros funcionários para isso designados pelo prefeito.

Artº.17º- é autoridade para confirmar os autos de infração e arbitrar multas o prefeito ou seu substituto legal, este quando em exercício.

Artº.18º- os autos de infração obedecerão a modelos especiais e conterão obrigatoriamente:

- I - o dia, mês, ano, hora e lugar em que foi lavrado;
- II - o nome de quem o lavrou relatando-se com toda a clareza o fato constante da infração e pormenores que possam servir de atenuantes ou de agravante á ação;
- III – o nome do infrator, sua profissão, idade, estado civil e residência;
- IV – a disposição infringida;
- V – a assinatura de quem o lavrou, do infrator e duas testemunhas capazes, se houver.

Artº.19º- Recusando-se o infrator a assinar o auto, será tal recusa averbada no mesmo pela autoridade que o lavrar.

Capítulo IV

Do Processo de Execução

Artº.20º- O infrator terá o prazo de 7 (sete) dias para apresentar defesa, devendo fazê-la em requerimento dirigido ao prefeito.

Artº.21º- Julgada improcedente ou não sendo a defesa apresentada no prazo previsto, será imposta a multa ao infrator, o qual será intimado a recolhê-la dentro do prazo de 5 (cinco) dias.



TÍTULO II

Da Higiene Pública

Capítulo I

Disposições Gerais

Artº.22º- A fiscalização sanitária abrangerá especialmente a higiene e limpeza das vias públicas, das habitações particulares e coletivas da alimentação, incluindo todos os estabelecimentos onde se fabriquem ou vendam bebidas e produtos alimentícios, e dos estábulos, cocheiras e pocilgas.

Artº.23º- Em cada inspeção em que for verificada irregularidade, apresentará o funcionário competente um relatório circunstanciado, sugerindo mediadas ou solicitando providencias a bem da higiene pública.

Parágrafo único – A Prefeitura tomará as providências cabíveis ao caso, quando o mesmo for da alçada do governo municipal, ou remeterá cópia do relatório às autoridades federais ou estaduais competentes, quando as providencias necessárias forem das alçadas das mesmas.

Capítulo II

Da Higiene das Vias Públicas.

Artº.24º- O serviço de limpeza das ruas, praças e logradouros públicos será executada diretamente pela Prefeitura ou por concessão.

Artº.25º- Os moradores são responsáveis pela limpeza do passeio e sarjeta fronteiros às suas residências.

● §1º- a lavagem ou varredura do passeio e sarjeta deverá ser efetuada em hora conveniente e de pouco trânsito.

§2º- é absolutamente proibido, em qualquer caso, varrer lixo ou detritos sólidos de qualquer natureza para os ralos dos logradouros públicos.

Artº.26º- é proibido fazer varredura do interior dos prédios, dos terrenos e dos veículos para a via pública, e bem assim despejar ou atirar papéis, anúncios, reclames ou quaisquer detritos sobre o leito de logradouros públicos.

Artº.27º- A ninguém é lícito, sobre qualquer pretexto, impedir ou dificultar o livre escoamento das águas pelos canos, valas, sarjetas ou canais das vias públicas, danificando ou obstruindo tais servidões.

Artº.28º- para preservar de maneira geral a higiene pública fica terminantemente proibido:

I – lavar roupas em chafarizes, fontes ou tanques situados nas vias públicas;



- II – consentir o escoamento de águas servidas das residências para a rua;
- III – conduzir, sem as precauções devidas quaisquer materiais que possam comprometer o asseio das vias públicas;
- IV – queimar, mesmos nos próprios quintais, lixo ou quaisquer corpos em quantidade capaz de molestar a vizinhança;
- V – aterrar vias públicas, com lixo, materiais velhos ou quaisquer detritos;
- VI – conduzir para a cidade, vilas e povoações do município, doentes portadores de moléstias infecto-contagiosas, salvo com as necessárias precauções de higiene e pra fins de tratamento.

Artº.29º- É proibido comprometer, por qualquer forma, a limpeza das águas destinadas ao consumo público ou particular.

Artº.30º- É expressamente proibida a instalação dentro do perímetro da cidade e povoações, de industria que pela natureza dos produtos, pelas matérias primas utilizadas, pelos combustíveis empregados, ou por qualquer outro motivo possam prejudicar a saúde pública.

Artº.31º- Não é permitida, senão á distância de 800 (oitocentos) metros das ruas e logradouros públicos, a instalação de estrumeiras , ou depósitos em grande quantidade, de estrume animal não beneficiado.

Artº.32º- Na infração de qualquer artigo deste capítulo será imposta a multa correspondente ao valor de 10 a 15% do salário mínimo vigente na região.

Capítulo III

Da Higiene das Habitações

Artº.33º- As residências urbanas ou suburbanas deverão ser caiadas e pintadas de 3 em 3 anos, no mínimo, salvo exigências especiais das autoridades sanitárias.

Artº.34º- Os proprietários ou inquilinos são obrigados a conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, prédios e terrenos.

● Parágrafo único – Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites da cidade, vilas e povoados.

Artº.35º- Não é permitido conservar água estancadas nos quintais ou pátios dos prédios situados na cidade, vilas e povoados.

Parágrafo único – As providências para o escoamento das águas estancadas em terrenos particulares competem ao respectivo proprietário.

Artº.36º- O lixo das habitações será recolhido em vasilhas apropriadas, aprovadas de tampas, para ser removida pelo serviço de limpeza pública.

Parágrafo único – Não serão considerados como lixo, os resíduos de fabricas e oficinas, os restos de materiais de construções, os entulhos



provenientes de demolições, as matérias excrementícias e restos de forragens das cocheiras e estábulos, as palhas e outros resíduos das casas comerciais, bem como terra, folhas e galhos dos jardins e quintais particulares, os quais serão removidos à custa dos respectivos inquilinos ou proprietários.

Artº.37º- As casas de apartamentos e prédios de habitações coletivas deverão ser dotados de instalação incineradora e coletora de lixo, esta convenientemente disposta, perfeitamente vedada e dotada de dispositivos para limpeza e lavagem.

Artº.38º- Nenhum prédio situado em via pública dotada de rede de água e esgotos poderá ser habitado sem que disponha dessas utilidades e seja providos de instalações sanitárias.

§1º- os prédios de habitação coletiva terão abastecimento d'água, banheiras e privadas em números proporcional ao dos seus moradores.

§2º- não serão permitidas nos prédios da cidade, das vilas e dos povoados providos de rede de abastecimento d'água, a abertura ou manutenção de cisternas.

Artº.39º- As chaminés de qualquer espécie de fogões de casas articulares, de restaurantes, pensões, hotéis e de estabelecimentos comerciais e industriais de qualquer natureza, terão altura suficiente para que a fumaça, a fuligem ou outros resíduos que possam expelir não incomodem os vizinhos.

Parágrafo único – Em casos especiais, a critério da Prefeitura, as chaminés poderão ser substituídas por aparelhos eficientes que produzam idêntico efeito.

Artº.40º- Na infração de qualquer artigo desse capítulo será imposta a multa correspondente ao valor de 10 a 20% do salário mínimo vigente na região.

Capítulo IV

Da Higiene da Alimentação

Artº.41º- A Prefeitura exercerá, em colaboração com as autoridades sanitárias do Estado, severa fiscalização sobre a produção, o comércio e o consumo de gêneros alimentícios em geral.

Parágrafo único – Para os efeitos deste Código, consideram-se gêneros alimentícios todas as substâncias sólidas ou líquidas, destinadas a ser ingeridas pelo homem, excetuados os medicamentos.

Artº.42º- Não será permitida a produção, exposição ou vendas de gêneros deteriorados, falsificados, adulterados ou nocivo á saúde, os quais serão apreendidos pelo funcionário encarregado da fiscalização e removidos para local destinado á inutilização dos mesmos .



Parágrafo primeiro – a inutilização dos gêneros não eximirá a fábrica ou estabelecimento comercial do pagamento das multas e demais penalidades que possam sofrer em virtude da infração.

Parágrafo segundo – a reincidência da prática das infrações previstas neste artigo determinará a cassação da licença para funcionamento da fábrica ou casa comercial.

Artº.43º- Nas quitandas e casas de gêneros, além das disposições gerais concernentes ao estabelecimentos de gêneros alimentícios, deverão ser observadas as seguintes:

I – O estabelecimento terá, para depósito de verduras que devam ser consumidas sem cocção, recipientes ou dispositivos de superfície impermeável e à prova de moscas, poeiras e qualquer contaminação;

II – as frutas expostas à venda serão colocadas sobre mesas ou estantes, rigorosamente limpas e afastadas 1 metro no mínimo das ombreiras das portas externas;

III – as gaiolas para aves serão de fundo móvel, para facilitar sua limpeza, que será feita diariamente.

Parágrafo único – é proibido utilizar-se, para outro qualquer fim, dos depósitos de hortaliças, legumes ou frutas.

Artº.44º- É proibido ter em depósito ou expostos à venda:

I – aves doentes;

II – frutas não sazonadas;

III – legumes, hortaliças, frutas ou ovos deteriorados.

Artº.45º- Toda a água que tenha de servir na manipulação ou preparo de gêneros alimentícios, desde que não provenha do abastecimento público, deve ser comprovadamente pura.

Artº.46º- O gelo destinado a uso alimentar deverá ser fabricado co água potável, isenta de qualquer contaminação.

Artº.47º- As fábricas de doces e massas, as refinarias, padarias, confeitarias e os estabelecimentos congêneres deverão ter:

I – o piso e as paredes das salas de elaboração dos produtos, revestidos de ladrilhos até a altura de dois metros;

II – As salas de preparo dos produtos com as janelas e aberturas teladas e à prova de moscas.

Artº.48º- Não é permitido dar ao consumo carne fresca de bovinos, suínos e caprinos que não tenham sido abatidos em matadouros sujeito à fiscalização.

Artº.49º- Os vendedores ambulantes de alimentos preparados não poderão estacionar em locais em que seja fácil a contaminação dos produtos expostos a venda.

Artº.50º- Na infração de qualquer artigo deste capítulo será imposta a multa correspondente ao valor de 10 a 20% do salário mínimo vigente na região.



Capítulo V

Da Higiene dos Estabelecimentos

Artº.51º- Os hotéis, restaurantes, bares, cafés, botequins e estabelecimentos congêneres deverão observar o seguinte:

I – a lavagem da louça e talheres deverá fazer-se em água corrente, não sendo permitida sob qualquer hipótese a lavagem em baldes, tonéis ou vasilhames;

II – a higienização da louça e talheres deverá ser feita com água fervente;

III – os guardanapos e toalhas serão de uso individual

IV – os açucareiros serão de tipo que permitam a retirada do açúcar sem o levantamento da tampa;

V – a louça e os talheres deverão ser guardados em armários, com portas e ventiladas, não podendo ficar expostos à poeira e as moscas.

Artº.52º- Os estabelecimentos a que se refere o artigo anterior são obrigados a manter-se os empregados ou garçons limpos, convenientemente trajados, de referencia uniformizados.

Artº.53º- Nos salões de barbeiros e cabeleireiros é obrigatório o uso de toalhas e golas individuais.

Parágrafo único – Os oficiais e empregados usarão durante o trabalho, blusas branca, apropriadas, rigorosamente limpas.

Artº.54º- Nos hospitais, casas de saúde e maternidades, além das disposições gerais deste Código, que lhe forem aplicáveis, é obrigatória:

I – a existência de uma lavanderia a quente com instação completa de desinfecção;

II – a existência de depósito apropriado para roupa fervida;

III – a instalação de necrotérios, de acordo com o artigo 55 deste Código;

IV – a instalação de uma cozinha com, no mínimo, 3 peças, destinadas respectivamente a depósito de gêneros, a preparo de comida e à distribuição de comida e lavagem e esterilização de louças e utensílios, devendo todas as peças ter os pisos e paredes revestidos de ladrilhos até a altura mínima de dois metros.

Artº.55º- A instalação dos necrotérios e capelas mortuárias serão feitas em prédio isolado, distante no mínimo vinte metros das habitações vizinhas e situados de maneira que o seu interior não seja devassado ou descortinado.

Artº.56º- As cocheiras e estábulos existentes na cidade, vilas ou povoações do Município, deverão, além da observância de outras disposições deste Código, que lhes forem aplicadas, obedecer ao seguinte:

I – possuir muros divisórios, com três metros de altura mínima, separando-as dos terrenos limítrofes;



II – conservar a distância mínima de dois metros e meio entre a construção e a divisa do lote;

III – possuir sarjetas de revestimento impermeável para águas residuais e sarjetas de contorno para águas de chuvas;

IV – possuir depósito para estrume à prova de insetos e com capacidade para receber a produção de vinte e quatro horas, a qual deve ser diariamente removida para a zona rural;

V – possuir depósito para forragem, isolado da parte destinado aos animais, e devidamente vedado aos ratos;

VI - manter completa separação entre os possíveis compartimentos para empregados e a parte destinada aos animais;

VII – obedecer a um recuo de pelo menos vinte metros do alinhamento do logradouro.

Artº.57º- Na infração de qualquer artigo deste capítulo será imposta a multa correspondente ao valor de 10 a 20% do salário mínimo vigente na região.

TÍTULO III

Da Polícia de Costumes, Segurança e Ordem Pública

Capítulo I

Da Moralidade e do Sossego Público

Artº.58º- É expressamente proibido às casas de comércio ou aos ambulantes, a exposição ou venda de gravuras, livros, revistas ou jornais pornográficos ou obscenos.

Parágrafo único – a reincidência na infração deste artigo determinará a cassação da licença de funcionamento.

Artº.59º- Não serão permitidos banhos nos rios, córregos ou lagoas do Município, exceto nos locais designados pela prefeitura como próprios para banhos ou esportes náuticos.

Parágrafo único – os participantes de esportes ou banhistas deverão trajar-se com roupas apropriadas.

Artº.60º- Os proprietários de estabelecimentos em que se vendam bebidas alcoólicas serão responsáveis pela manutenção da ordem nos mesmos.

Parágrafo único – As desordens, algazarras ou barulho, porventura verificado nos referidos estabelecimentos, sujeitarão os proprietários à multa, podendo ser cassado a licença para seu funcionamento nas reincidências.

Artº.61º- É expressamente proibido perturbar o sossego público com ruídos ou sons excessivos, evitáveis, tais como:



I – os de motores de explosão desprovidos de silenciosos ou com estes em mau estado de funcionamento;

II – os de buzina, clarins, tímpanos, campainhas ou quaisquer outros aparelhos;

III – a propaganda realizada com auto-falantes, bombos, tambores, cornetas, este, sem prévia autorização da Prefeitura;

IV – os produzidos por arma de fogo;

V – os de morteiros, bombas e demais fogos ruidosos;

VI – os de apitos ou silvos de sirenes de fábricas, cinemas ou estabelecimentos outros, por mais de trinta segundos ou depois das 22:00 horas;

VII – os batuques, congados e outros divertimentos congêneres, sem licenças das autoridades.

Parágrafo único – Excetuam-se das proibições deste artigo:

I – os tímpanos, sinetas ou sirenes dos veículos de Assistência, Corpo de Bombeiro e polícia, quando em serviço;

II – os apitos das rondas e guardas policiais.

Artº.62º- Nas igrejas, conventos e capelas, os sinos não poderão tocar antes das cinco e depois das vinte e duas horas, salvo os toques de rebates por ocasião de incêndios ou inundações.

Artº.63º- É proibido executar qualquer trabalho ou serviço que produza ruído, antes das sete horas e depois das vinte horas, nas proximidades de hospitais, escolas, asilos e casas de residências.

Artº.64º- As instalações elétricas só poderão funcionar quando tiverem dispositivos capazes de eliminar, ou pelo menos reduzir ao mínimo, as correntes parasitas, diretas ou induzidas as oscilações de alta frequência, chispas e ruídos prejudiciais á rádio-recepção.

Parágrafo único – As máquinas e aparelhos que, a despeito da aplicação de dispositivos especiais, não apresentarem diminuição sensível das perturbações, não poderão funcionar aos domingos e feriados, nem a partir das 18 horas, nos dias úteis.

Artº.65º- Na infração de qualquer artigo deste capítulo, será imposta a multa correspondente ao valor de 10 a 20% do salário mínimo vigente na região, sem prejuízo da ação penal cabível.

Capítulo II

Dos Divertimentos Públicos

Artº.66º- Divertimentos públicos, para os efeitos deste Código, são os que se realizarem nas vias públicas ou em recintos fechados de livre acesso ao público.



Artº.67º- Nenhum divertimento público poderá ser realizado sem licença da Prefeitura.

Parágrafo único – O requerimento de licença para funcionamento de qualquer casa de diversão será instituído com a prova de terem sido satisfeitas as exigências regulamentares referentes à construção e higiene do edifício, e procedida a vistoria policial.

Artº.68º- Em todas as casas de diversões públicas serão observadas as seguintes disposições, além das estabelecidas pelo Código de Obras:

I – tanto as salas de entrada como as de espetáculo serão mantidas higienicamente limpas;

II – as portas e os corredores para o exterior serão amplos e conservar-se-ão sempre livre e grades, móveis ou quaisquer objetos que possam dificultar a retirada rápida do público em caso de emergência;

III – todas as portas de saída serão encimadas pela inscrição “SAÍDA”, legível à distância e luminosa se forma suave, quando se apagarem as luzes da sala;

IV – os aparelhos destinados à renovação do ar deverão ser conservados e mantidos em perfeito funcionamento;

V – haverá instalações sanitárias independentes përa homens e senhoras;

VI – serão tomadas todas as precauções necessárias para evitar incêndios, sendo obrigatória a adoção de extintores de fogo em locais visíveis e de fácil acesso;

VII – possuirão bebedouro automático de água filtrada e escarradeira hidráulica em perfeito estado de funcionamento;

VIII – durante os espetáculos deverá as portas conservar-se abertas, vedadas apenas com reposteiros ou cortinas;

IX – deverão possuir material de pulverização de inseticidas;

X – o mobiliário será mantido em perfeito estado de conservação.

Parágrafo único – É proibido aos espectadores, sem distinção de sexo, assistir aos espetáculos de chapéu à cabeça ou fumar no local das funções.

Artº.69º- Nas casas se espetáculos de sessões consecutivas, que não tiverem exaustores suficientes, deve, entre a saída e a entrada dos espectadores, decorrer lapso de tempo suficiente para o efeito de renovação de ar.

Artº.70º- Em todos os teatros, circos ou salas de espetáculos, serão reservados quatros lugares destinados às autoridades policiais e municipais encarregadas da fiscalização.

Artº.71º- Os programas anunciados serão executados integralmente, não podendo os espetáculos iniciar-se em hora diversa da marcada.

§1º- Em caso de modificação do programa ou do horário, o empresário devolverá aos espectadores o preço integral da entrada.

§2º- As disposições deste artigo aplicam-se inclusive às competições esportivas para as quais se exija o pagamento de entradas.



Artº.72º- Os bilhetes de entrada não poderão ser vendidos por preço superior ao anunciado em número excedente à lotação do teatro, cinema, circo ou sala de espetáculos.

Artº.73º- Não serão fornecidas licenças para a realização de jogos ou diversões ruidosas em locais compreendidos em área formada por um raio de cem metros de hospitais, casas de saúde, ou maternidades.

Artº.74º- Para funcionamento de teatro além das demais disposições aplicáveis deste Código, deverão ser observadas a seguintes:

I – a parte destinada ao público será inteiramente separada da parte destinada aos artistas não havendo entre as duas mais que as indispensáveis comunicações de serviço;

II – a parte destinada aos artistas deverá ter, quando possível, fácil e direta comunicação com as vias públicas, de maneira que assegure saída ou entrada franca, sem dependência da parte destinada a permanência do público.

Artº.75º- Para funcionamento de cinemas serão ainda observadas as seguintes disposições;

I – só poderão funcionar em pavimento térreo;

II – os aparelhos de projeção ficarão em cabinas de fácil saída, construídos de materiais incombustíveis;

III – no interior das cabinas não poderão existir maior número de películas do que as necessárias para as sessões de cada dia e ainda assim deverão elas estar depositadas em recipiente especial, incombustível, hermeticamente fechado, que não seja aberto por mais tempo que indispensável ao serviço.

Artº.76º- A armação de circo de pano ou parques de diversões só poderá ser permitida em certos locais, a juízo da Prefeitura.

§1º- a autorização de funcionamento dos estabelecimentos de que trata este artigo não poderá ser por prazo superior a um mês.

§2º- ao conceder a autorização, poderá a Prefeitura estabelecer as restrições que julgar conveniente, no sentido de assegurar a ordem e a moralidade dos divertimentos e o sossego da vizinhança.

§3º- a seu juízo, poderá a Prefeitura, não renovar a autorização de um circo ou parque de diversões, ou obriga-los a novas restrições ao conceder-lhes a renovação cedida.

§4º- os circos e parques de diversões, embora autorizados, só poderão ser utilizados ao público depois de vistoriados em todas as suas instalações pelas autoridades da Prefeitura.

Artº.77º- Para permitir armação de circos ou barracas em logradouros públicos, poderá a Prefeitura exigir, se o julgar conveniente, um depósito até o máximo de três salários mínimos vigentes na região, como garantia de despesas com a eventual limpeza e recomposição do logradouro.



Parágrafo único – O depósito será restituído integralmente senão houver necessidade de limpeza especial ou reparos, em caso contrário, serão reduzidas do mesmo as despesas feitas com tal serviço.

Artº.78º- Na localização de “Dancings”, ou de estabelecimentos de diversões noturnas, a Prefeitura terá sempre em vista o sossego e o decoro da população.

Artº.79º- Os espetáculos, bailes ou festas de caráter público, dependem para realizar-se, de prévia licença da Prefeitura.

Parágrafo único – excetuam-se das disposições deste artigo as reuniões de qualquer natureza, sem convites ou entradas pagas, levadas a efeitos por clubes ou entidades de classe, em sua sede, ou as realizadas em residências particulares.

Artº.80º- É expressamente proibido, durante os festejos carnavalescos, apresentar-se com fantasias indecorosas, ou atirar água ou outra substancia que possa molestar os transeuntes.

Parágrafo único – Fora dos períodos destinados aos festejos carnavalescos a ninguém é permitido apresentar-se mascarado nas vias públicas, salvo com licença especial das autoridades.

Artº.81º- Na infração de qualquer artigo deste capítulo será imposta a multa correspondente ao valor de 10 a 15% do salário mínimo vigente na região.

Capítulo III

Dos Locais de Culto

Artº.82º- As igrejas, os templos e as casas de culto são locais tidos e havidos por sagrados e , por isso, devem ser respeitados sendo proibido pixar suas paredes e muros ou neles pregar cartazes.

Artº.83º- Nas igrejas, templos ou casas de culto, os locais franqueado ao público deverão ser conservados limpos, iluminados e arejados.

Artº.84º- As igrejas, templos e casas de cultos não poderão conter maior numero de assistentes, a qualquer de seus officios, do que a lotação comportadas por suas instalações.

Artº.85º- Na infração de qualquer artigo deste capítulo será imposta a multa correspondente ao valor de 10 a 15% do salário mínimo vigente na região.

Capítulo IV

Do Trânsito Público



Artº.86º- O Trânsito, de acordo com as leis vigentes, é livre, e sua regularização tem por objetivo manter a ordem, a segurança e o bem estar dos transeuntes e da população em geral.

Artº.87º- É proibido embarçar ou impedir, por qualquer meio, o livre trânsito de pedestres ou veículos nas ruas, praças, passeios, estradas e caminhos públicos, exceto para efeito de obras públicas ou quando exigências policiais o determinarem.

Parágrafo único – Sempre que houver necessidade de interromper o trânsito, deverá ser colocada sinalização vermelha claramente visível de dia e luminosa à noite.

Artº.88º- Compreende-se na proibição do artigo anterior o depósito de quaisquer materiais, inclusive de construção, nas vias públicas em geral.

§1º- Tratando-se de materiais cuja descarga não possa ser feita diretamente no interior dos prédios, será tolerada a descarga e permanência na via pública, com no mínimo prejuízo ao trânsito, por tempo não superior a 3 (três) horas.

§2º- Nos casos previstos no parágrafo anterior, os responsáveis pelos materiais depositados nas vias públicas deverão advertir os veículos, à distancia conveniente, dos prejuízos causados ao livre trânsito.

Artº.89º- É expressamente proibido nas ruas da cidade, vilas e povoado:

I – conduzir animais ou veículos em disparada;

II – conduzir animais bravios sem a necessária precaução;

III – conduzir carros de boi sem guieiros;

IV – atirar à via pública ou logradouros públicos corpos ou detritos que possam incomodar os transeuntes.

Artº.90º- É expressamente proibido danificar ou retirar sinais colocados nas vias, estradas ou caminhos públicos, para advertência de perigo ou impedimento da trânsito.

Artº.91º- Assiste à Prefeitura o direito de impedir o trânsito de qualquer veículo ou meio de transporte que possa ocasionar danos à via pública.

Artº.92º- É proibido embarçar o trânsito ou molestar os pedestres por tais meios como:

I – conduzir, pelos passeios, volumes de grande porte;

II – conduzir, pelos passeios, veículos de qualquer espécie;

III – patinar, a não ser os logradouros a isso destinados;

IV – amarrar animais em postes, árvores, grades ou portas;

V – conduzir ou conservar animais sobre os passeios ou jardins.

Parágrafo único – Executam-se ao disposto no item II, deste artigo, carrinhos de crianças ou de paralíticos e, em ruas de pequeno movimento, triciclos e bicicletas de uso infantil.



Artº.93º- Na infração de qualquer artigo deste capítulo, quando não prevista pena no Código Nacional de Trânsito, será imposta a multa correspondente ao valor de 40 a 50% do salário mínimo vigente na região.

Capítulo V

Das Medidas Referentes aos Animais

Artº.94º- É proibida a permanência de animais nas vias públicas.

Artº.95º- Os animais encontrados nas ruas, praças, estradas ou caminhos públicos serão recolhidos ao depósito da Municipalidade.

Artº.96º- O animal recolhido em virtude do disposto neste capítulo será retirado dentro do prazo máximo de 7 (sete) dias, mediante pagamento de multa e da taxa de manutenção respectiva.

Parágrafo único – Não sendo retirado o animal nesse prazo, deverá a Prefeitura efetuar a sua venda em hasta pública, precedida de necessária publicação.

Artº.97º- É proibido a criação ou engorda de porcos no perímetro urbano da sede municipal.

Parágrafo único – Aos proprietários de cevas atualmente existentes na sede municipal, fica marcado o prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de publicação deste Código, para remoção dos animais.

Artº.98º- É igualmente proibida a criação, no perímetro urbano da sede municipal, de qualquer outra espécie de gado.

X Parágrafo único – Observadas as exigências sanitárias a que se refere o artigo 56 deste Código, é permitida a manutenção de estábulos e cocheiras, mediante licença e fiscalização da Prefeitura.

Artº.99º- Os cães que forem encontrados nas vias públicas da cidade e vilas serão apreendidos e recolhidos ao depósito da Prefeitura.

§1º- Tratando-se de cão não registrado, será o mesmo sacrificado, se não for retirado por seu dono, dentro de 10 (dez) dias, mediante o pagamento da multa e taxas respectivas.

§2º- Os proprietários de cães registrados serão notificados, devendo retirá-los em idêntico prazo, sem o que serão os animais igualmente sacrificados.

§3º- Quando se tratar de animal de raça, poderá a Prefeitura, a seu critério, agir de conformidade com o que estipula o parágrafo único, do Art.96 deste Código.

Artº.100º- Haverá, na Prefeitura, o registro de cães, que será feito anualmente, mediante o pagamento da taxa respectiva.

§1º- Aos proprietários de cães registrados, a Prefeitura fornecerá uma placa de identificação a ser colocada na coleira do animal.



§2º- Para registro de cães, é obrigatório a apresentação de comprovante de vacinação anti-rábica, que poderá ser feita às expensas da Prefeitura.

§3º- São isentos de matrículas os cães pertencentes a boiadeiros, vaqueiros, ambulantes e visitantes, em trânsito pelo Município, desde que nele não permaneçam por mais de uma semana.

Artº.101º- O cão registrado poderá andar solto na via pública, desde que em companhia de seu dono, respondendo este pelas perdas e danos que o animal causar a terceiros.

Artº.102º- Não serão permitidos a passagem ou estacionamento de tropas ou rebanhos na cidade, exceto em logradouros para isso designados.

Artº.103º- Ficam proibidos os espetáculos de feras e as exposições de cobras e quaisquer animais perigosos, sem as necessárias precauções para garantir a segurança dos espectadores.

Artº.104º- É expressamente proibido:

I – criar abelhas nos locais de maior concentração urbana;

II – criar galinhas nos porões e no interior das habitações;

III – criar pombos nos forros das casas de residência.

Artº.105º- É expressamente proibido a qualquer pessoa maltratar os animais ou praticar ato de crueldade contra os mesmos, tais como:

I – transportar, nos veículos de tração animal, carga ou passageiros de peso superior às suas forças;

II – carregar animais com peso superior a 150 quilos;

III – montar animais que já tenham a carga permitida;

IV – fazer trabalhar animais doentes, feridos, extenuados, aleijados, enfraquecidos ou extremamente magros;

V – obrigar qualquer animal a trabalhar mais de 8 (oito) horas continua sem descanso a mais de 6 (seis) horas, sem água e alimento apropriado;

VI – martirizar animais para de eles alcançarem esforços excessivos;

VII – castigar de qualquer modo animal caído, com ou sem veículos, fazendo-o levantar à custa de castigo e sofrimento;

VIII – castigar com rancor e excesso qualquer animal;

IX – conduzir animais com a cabeça para baixo, suspensos pelos pés ou asas, ou em qualquer posição anormal, que lhe possa ocasionar sofrimento;

X – transportar animais amarrados à traseira de veículos ou atados um ao outro pela cauda;

XI – abandonar, em qualquer ponto, animais doentes, extenuados, enfraquecidos ou feridos;

XII – amontoar animais em depósitos insuficientes ou sem água, ar, luz e alimento;

XIII – usar de instrumento diferente do chicote leve, para estímulo e correção de animais;



XIV – empregar arreios que possam constranger, ferir ou magoar o animal;

XV – usar arreios sobre partes feridas, contusões ou chagas do animal;

XVI – praticar todo e qualquer ato, mesmo não especificado neste Código que acarretar violência e sofrimento para ao animal.

Artº.106º- Na infração de qualquer artigo deste capítulo será imposta a multa correspondente ao valor de 10 a 20% do salário mínimo vigente na região.

Parágrafo único – Qualquer do povo poderá autuar os infratores, devendo o auto respectivo, que será assinado por duas testemunhas, ser enviado à Prefeitura para os fins de direito.

Capítulo VI

Da Extinção de Insetos Nocivos

Artº.107º- Todo proprietário de terreno, cultivado ou não, dentro dos limites do Município, é obrigatório a extinguir os formigueiros existentes dentro da sua propriedade.

Artº.108º- Verificada, pelos fiscais da Prefeitura, a existência de formigueiro, será feita intimação ao proprietário do terreno onde os mesmos estiverem localizados, marcando-se o prazo de 20 (vinte) dias para se proceder ao seu extermínio.

Artº.109º- Se, no prazo fixado, não for extinto o formigueiro, a Prefeitura incumbir-se-á de fazê-lo, cobrando do proprietário as despesas que efetuar, acrescidas de 20%, pelo trabalho de administração, além da multa correspondente ao valor da 10 a 20% do salário mínimo vigente na região.

Capítulo VII

Do Empachamento da Vias Públicas

Artº.110º- Nenhuma obra, inclusive demolição, quando feita no alinhamento das vias públicas, poderá dispensar o tapume provisório, que deverá ocupar uma faixa de largura, no máximo, igual à metade do passeio. //

§1º- Quando os tapumes forem construídos em esquinas, as placas de nomenclaturas dos logradouros serão neles afixadas de forma bem visível.

§2º- Dispensa-se o tapume quando se tratar de:

I – construção ou reparos de muros ou gradis com altura não superior a dois metros;

II – pinturas e pequenos reparos.

Artº.111º- Os andaimes deverão satisfazer as seguintes condições:

I – apresentarem perfeitas condições de segurança;



II – terem a largura do passeio, até o máximo de 2 metros;

III – não causarem dano às árvores, aparelhos de iluminação e redes telefônicas e de distribuição de energia elétrica.

Parágrafo único – O andaime ser retirado quando ocorrer a paralisação da obra por mais de 60 (sessenta) dias.

Artº.112º- Poderão ser armados coretos ou palanques provisórios nos logradouros públicos, para comícios políticos, festividades religiosas, cívicas ou de caráter popular, desde que sejam observadas as condições seguintes:

I – serem aprovadas pela Prefeitura, quanto à sua localização;

II – não perturbarem o trânsito público;

III – não prejudicarem o calçamento nem o escoamento das águas pluviais, correndo por conta dos responsáveis pelas festividades os estragos por acaso verificado;

IV – serem removidos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do encerramento dos festejos.

Parágrafo único – Uma vez findo o prazo estabelecido no item IV, a Prefeitura promoverá a remoção do coreto ou palanque, cobrando ao responsável às despesas de remoção, dando ao material removido o destino que entender.

Artº.113º- Nenhum material poderá permanecer nos logradouros públicos, exceto nos casos previstos no §1º- do Artº.88º- deste Código.

Artº.114º- O ajardinamento e a arborização das praças e vias públicas serão atribuições exclusivas da Prefeitura.

Parágrafo único – Nos logradouros abertos por particulares, com licença da Prefeitura, é facultado aos interessados promover e custear a respectiva arborização.

Artº.115º- É proibido podar, cortar, derrubar ou sacrificar as árvores da arborização pública, sem consentimento expresso da Prefeitura.

Artº.116º- Nas árvores dos logradouros públicos não será permitida a colocação de cartazes e anúncios, nem a fixação de cabos ou fios, sem a autorização da Prefeitura.

Artº.117º- Os postes telegráficos, de iluminação e força, as caixas postais, os avisadores de incêndios de polícia e as balanças para pesagem de veículos, só poderão ser colocados nos logradouros públicos mediante autorização da Prefeitura, que indicará as posições convenientes e as condições da respectiva instalação.

Artº.118º- As colunas ou suportes e anúncios, as caixas de papéis utilizados, os bancos ou abrigos de logradouros públicos somente poderão ser instalados mediante licença prévia da Prefeitura.

Artº.119º- As bancas para a venda de jornais e revistas poderão ser permitidas, nos logradouros públicos, desde que satisfaçam às seguintes condições:



- I – terem sua localização aprovada pela Prefeitura;
- II – apresentarem bom aspecto quanto à sua construção;
- III – não perturbarem o trânsito público;
- IV – serem fácil de remoção.

Artº.120º- Os estabelecimentos comerciais poderão ocupar, com mesas e cadeiras, parte do passeio correspondente à testada do edifício, desde que fique livre para o trânsito público uma faixa do passeio da largura mínima de dois metros.

Artº.121º- Os relógios, estatuas, fontes e quaisquer monumentos somente poderão ser colocados nos logradouros públicos se comprovado seu valor artístico ou cívico, e a juízo da Prefeitura.

§1º- dependerá, ainda, de aprovação o local escolhido para fixação dos monumentos.

§2º- no caso de paralisação ou mau funcionamento de relógio instalado em logradouro público, seu mostrador deverá permanecer coberto.

Artº.122º- Na infração de qualquer artigo deste capítulo será imposta a multa correspondente ao valor de 15 a 20% do salário mínimo vigente na região.

Capítulo VIII

Dos Inflamáveis e Explosivos

Artº.123º- NO interesse público a Prefeitura fiscalizará a fabricação, o comércio, o transporte e o emprego de inflamáveis e explosivos.

Artº.124º- São considerados inflamáveis:

- I – O fósforo e os materiais fosforados;
- II – A gasolina e demais derivados do petróleo;
- III – Os éteres, álcoois e aguardente e os óleos em geral;
- IV – Os carburetos, o alcatrão e as matérias betuminosas líquidas;
- V – toda e qualquer outra substância cujo ponto de inflamabilidade seja acima 135 (cento e trinta e cinco) graus centígrados.

Artº.125º- Consideram-se explosivos:

- I – os fogos de artifício;
- II – a nitroglicerina e seus compostos e derivados;
- III – a pólvora e o algodão-pólvora;
- IV – as espoletas e os estopins;
- V – os fulminatos, cloratos formatos, e congêneres;
- VI – os cartuchos de guerra, caça e minas.

Artº.126º- É absolutamente proibido:

- I – fabricar explosivo sem licença especial e em local não determinado pela Prefeitura;



II – manter depósito de substâncias inflamáveis ou de explosivos sem atender às exigências legais, quanto á construção e segurança;

III – depositar ou conservar nas vias públicas, mesmo provisoriamente, inflamáveis ou explosivos.

§1º- aos varejistas é proibido conservar, em cômodo apropriados, em seus armazéns ou lojas a quantidade fixada pala Prefeitura, na respectiva licença, de material inflamável ou explosivo que não ultrapassar a venda provável de 20 (vinte) dias.

§2º- os fogueteiros e exploradores de pedreiras poderão manter depósitos de explosivos correspondentes ao consumo de 30 (trinta) dias, desde que os depósitos estejam localizados a uma distancia mínima de 250 (duzentos e cinqüenta) metros da habitação mais próxima e a 150 (cento e cinqüenta) metros da ruas ou estradas. Se as distâncias a que se refere este parágrafo forem superiores a 500 (quinhentos) metros é permitido o depósito de maior quantidade de explosivos.

Artº.127º- Os depósito de explosivos e inflamáveis serão construídos em locais especialmente designados na zona rural e com licença especial da Prefeitura.

§1º- Os depósitos serão dotados de instalação para combate ao fogo e de extintores de incêndio portáteis, em quantidade e disposição convenientes.

§2º- Todas as dependências e anexos dos depósitos de explosivos ou inflamáveis serão construídos de material incombustível, admitindo-se o emprego de outro material apenas nos caibros, ripas e esquadrias.

Artº.128º- Não será permitido o transporte de explosivos ou inflamáveis sem as precauções devidas.

§1º- Não poderão ser transportados simultaneamente, no mesmo veículo, explosivos e inflamáveis.

§2º- Os veículos que transportarem explosivos ou inflamáveis não poderão conduzir outras pessoas além do motorista e dos ajudantes.

Artº.129º- É expressamente proibido:

I – queimar fogos de artificios, bombas, busca-pés, morteiros e outros fogos perigosos, nos logradouros públicos ou em janelas e portas que deitarem para os mesmos logradouros;

II – soltar balões em toda a extensão do Município;

III – fazer fogueiras, nos logradouros públicos, sem prévia autorização da Prefeitura;

IV – utilizar, sem justo motivo, arma de fogo dentro do perímetro urbano do Município;

V – fazer fogos ou armadilhas com armas de fogo, sem colocação de sinal visível para advertência para os passantes ou transeuntes.



§1º- A proibição de que tratam os itens I, II, III, poderá ser suspensa mediante licença da Prefeitura, em dias de regozijo público ou festividade religiosas de caráter tradicional.

§2º- A Prefeitura poderá estabelecer, para cada caso, as exigências que julgar necessárias ao interesse da segurança.

Artº.131º- Na infração de qualquer artigo deste capítulo será imposta a multa correspondente ao valor de 20 a 30% do salário mínimo vigente na região, além da responsabilização civil ou criminal do infrator, se for o caso.

Capítulo IX

Das Queimadas e dos Cortes de Árvores e Pastagens

Artº.132º- A Prefeitura colaborará com o Estado e a União para evitar a devastação das florestas e estimular a plantação de árvores.

Artº.133º- Para evitar a propagação de incêndios, observa-se-ão, nas queimadas as medidas preventivas necessárias.

Artº.134º- A ninguém é permitido atear fogo em roçados, palhadas ou matos que limitem com terras de outrem, sem tomar as seguintes precauções:

I – preparar aceiros de, no mínimo, sete metros de largura;

II – mandar aviso aos confinantes, com antecedência mínima de 12 (doze) horas, marcando dia, hora e lugar para lançamento do fogo.

Artº.135º- A ninguém é permitido atear fogos em matas, capoeiras, lavouras ou campos alheios.

Parágrafo único – Salvo acordo entre os interessados, é proibido queimar campos de criação em comum.

Artº.136º- A derrubada de mata dependerá de licença da Prefeitura.

§1º- A Prefeitura só concederá licença quando o terreno se destinar construção ou plantio pelo proprietário.

§2º- A licença será negada se a mata for considerada de utilidade pública.

Artº.137º- É expressamente proibido o corte ou danificação de árvore ou arbusto nos logradouros, jardins e parques públicos.

Artº.138º- Fica proibida a formação de pastagens na zona urbana do Município.

Artº.139º- Na infração de qualquer artigo deste capítulo será imposta a multa correspondente ao valor de 30 a 50% do salário mínimo vigente na região.

Capítulo X

Da Exploração de Pedreiras, Cascalheiras, Olarias e Depósitos de Areia e Saibro.



Artº.140º- A exploração de pedreiras, cascalheiras, olarias e depósitos de areia e saibros depende de licença da Prefeitura, que a concederá observados os preceitos deste Código.

Artº.141º- A licença será processada mediante apresentação de requerimento assinado pelo proprietário do solo ou pelo explorador e instruído de acordo com este artigo.

§1º- do requerimento deverão constar as seguintes indicações:

- a) nome e residência do proprietário do terreno;
- b) nome e residência do explorador, se este não for o proprietário;
- c) localização precisa da entrada do terreno;
- d) declaração do processo de exploração e a qualidade de explosivo a ser empregado, se for o caso.

§2º- o requerimento de licença deverá ser instruído com os seguintes documentos:

- a) prova de propriedade do terreno;
- b) autorização para a exploração passada pelo proprietário em cartório, no caso de não ser ele o explorador;
- c) planta da situação, com indicação do relevo, do solo por meio de curvas e nível, contendo a delimitação exata da área a ser explorada com a localização das respectivas instalações e indicando as construções, logradouros, os mananciais e cursos d'água situados em toda a faixa de largura de cem metros em torno da área a ser explorada;
- d) perfis do terreno em três vias.

§3º- no caso de se tratar de exploração de pequeno porte, poderão ser dispensados a critério da Prefeitura, os documentos indicados nas alíneas c e d do parágrafo anterior.

Artº.142º- As licenças para exploração serão sempre por prazo fixo.

Parágrafo único – Será interditada a pedreira ou parte da pedreira embora licenciada e explorada embora licenciada e explorada de acordo com este Código, desde que posteriormente se verifique que a sua exploração acarreta perigo ou dano à vida e à propriedade.

Artº.143º- Ao proceder as licenças, a Prefeitura poderá fazer as restrições que julgar conveniente.

Artº.144º- Os pedidos de prorrogação de licença para a continuação da exploração serão feitos por meio de requerimentos e instruídos com os documentos de licença anteriormente concedida.

Artº.145º- O desmonte das pedreiras pode ser feito a frio ou a fogo.

Artº.146º- Não será permitida a exploração de pedreiras na zona urbana.

Artº.147º- A exploração de pedreiras a fogo fica sujeita às seguintes condições:

- I – declaração expressa da quantidade de explosivo a ser empregada;



II – intervalo mínimo de trinta minutos entre cada série de explosões;

III – içamento, antes da explosão, de uma bandeira à altura conveniente para ser vista à distância;

IV – toque por três vezes com intervalo de dois minutos, de uma sineta e o aviso em brado prolongado, dando sinal de fogo.

Artº.148º- A instalação de olarias ns zonas urbanas e suburbanas do Município deve obedecer as seguintes prescrições:

I – as chaminés serão construídas de modo a não incomodar os moradores vizinhos pela fumaça e emanações nocivas;

II – quando as escavações facilitarem a informação de depósitos de água será o explorador obrigado a fazer o devido escoamento ou a aterrar as cavidades à medida que for retirando o barro.

Artº.149º- A Prefeitura poderá, a qualquer tempo, determinar a execução de obras no recinto da exploração de pedreiras e cascalheiras, com intuito de proteger propriedades articulares ou públicas, ou evitar a obstrução das galerias de águas.

Artº.150º- É proibida a extração de areia em todos os cursos de água do Município:

I – a jusante do local em que recebem contribuições de esgotos;

II – quando modifiquem o leito ou as margens dos mesmos;

III – quando possibilitem a formação de locais ou causem por qualquer forma a estagnação das águas;

IV – quando de algum modo possam oferecer perigos a pontes, muralhas ou qualquer obra construída nas margens ou sobre os leitos dos rios.

Artº.151º- Na infração de qualquer artigo deste capítulo será imposta a multa correspondente ao valor de 15 a 20% do salário mínimo vigente na região, além da responsabilidade civil ou criminal que couber.

Capítulo XI

Dos Muros e Cercas

Artº.152º- Os proprietários de terrenos são obrigados a murá-los ou cerca-los dentro dos prazos fixados pela Prefeitura.

Artº.153º- Serão comuns os muros ou cercas divisórias entre propriedades urbanas e rurais, devendo os proprietários dos imóveis confinantes concorrer em partes iguais para as despesas de sua construção e conservação, na forma do artigo 588 do Código Civil.

Parágrafo único – Correrão por conta exclusivas dos proprietários ou possuidores a construção e conservação das cercas para conter aves domésticas, cabritos, carneiros, porcos e outros animais que exijam cercas especiais.



Artº.154º- Os terrenos da zona urbana serão fechados com muros rebocados e caiados com grades de ferro ou madeira assentes sobre a alvenaria, devendo em qualquer caso ter altura mínima de um metro e oitenta centímetros.

Artº.155º- Os terrenos rurais, salvo acordo expresso entre os proprietários, serão fechados com:

I – cercas de arame farpado com três fios no mínimo e um metro e quarenta centímetros de altura;

II – cercas vivas, de espécies vegetais adequadas e resistentes;

III – telas de fios metálicos com altura mínima de um metro e cinquenta centímetros.

Artº.156º- Será aplicada a multa correspondente ao valor de 50 a 60% do salário mínimo vigente na região a todo aquele que:

I – fizer cercas ou muros em desacordo com as normas fixadas neste capítulo;

II – danificar, por quaisquer meio, cercas existentes, sem prejuízo de responsabilidade civil ou criminal que no caso couber.

Capítulo XII

Dos Anúncios e Cartazes

Artº.157º- A exploração dos meios de publicidade nas vias e logradouros públicos, bem como nos lugares de acesso comum, de onde de licença da Prefeitura, sujeitando o contribuinte ao pagamento da taxa respectiva.

§1º- Incluem-se na obrigatoriedade deste artigo todos os cartazes, letreiros, programas, quadros, painéis, emblemas placas, avisos, anúncios e mostruários, luminosos ou não, feitos por qualquer modo, processo ou engenho, suspensos, distribuídos, afixados ou pintados em paredes, muros, tapumes, veículos ou calçadas.

§2º- Incluem-se ainda na obrigatoriedade deste artigo os anúncios que, embora apostos em terrenos próprios de domínio privado, forem visíveis nos logradouros públicos.

Artº.158º- A propaganda falada em lugares públicos, por meio de ampliadores de voz, alto falantes e propagandistas, assim como feitas por meio de cinema ambulante, ainda que muda, está igualmente sujeita a prévia licença e ao pagamento da taxa respectiva.

Artº.159º- Não será permitida a colocação de anúncios ou cartazes quando:

I – pela sua natureza provoquem aglomerações prejudiciais ao trânsito público;

II – de alguma forma prejudiquem os aspectos paisagístico da cidade, seus panoramas naturais, monumentos típicos, históricos e tradicionais;



III – sejam ofensivos à moral ou contenham dizeres desfavoráveis a indivíduos, crenças e instituições;

IV – obstruam, interceptem ou reduzam os vãos das portas e janelas e respectivas bandeiras;

V – contenham incorreções da linguagem;

VI – façam uso de palavras em língua estrangeira, salvo aquelas que, por insuficiência do léxico, a eles se hajam incorporado;

VII – pelo seu número e má distribuição, prejudiquem o aspecto das fachadas.

Artº.160º- Os pedidos de licença para a publicidade ou propaganda por meio de cartazes ou anúncios deverão mencionar:

I – a indicação dos locais em que serão colocados ou distribuídos os cartazes ou anúncios;

II – a natureza do material de confecção;

III – as dimensões;

IV – as inscrições e o texto;

V – as cores empregadas.

Artº.161º- Tratando-se de anúncios luminosos, os pedidos deverão ainda indicar os sistemas de iluminação a ser adotado.

Parágrafo único – os anúncios luminosos serão colocados a uma altura mínima de 2,50 metros do passeio.

Artº.162º- Os panfletos ou anúncios destinados a serem lançados ou distribuídos nas vias públicas ou logradouros, não poderão ter dimensões menores de 10 centímetros por 15 centímetros, nem maiores de 30 por 45 centímetros.

Artº.163º- Os anúncios e letreiros deverão ser conservados em boas condições, renovados ou consertados, sempre que tais providências sejam necessárias para o seu bom aspecto e segurança.

Parágrafo único – desde que não haja modificação de dizeres ou de localização, os consertos ou repartições de anúncios e letreiros dependerão apenas de comunicação escrita a Prefeitura.

Artº.164º- Os anúncios encontrados sem que os responsáveis tenham satisfeito as formalidades desta capítulo, poderão ser apreendidos e retirados pela Prefeitura, até a satisfação daquelas formalidades, além do pagamento da multa prevista nesta lei.

Artº.165º- Na infração de qualquer artigo deste capítulo será imposta a multa correspondente ao valor de 5 a 10% do salário mínimo vigente na região.

TÍTULO IV

Do Funcionamento do Comércio e da Indústria



Capítulo I

Do Licenciamento dos Estabelecimentos Industriais e Comerciais

Seção I

Das Indústrias e do Comércio Localizado

Artº.166º- Nenhum estabelecimento comercial ou industrial poderá funcionar no Município sem prévia licença da Prefeitura, concedida a requerimento dos interessados e mediante pagamento dos tributos devidos.

Parágrafo único – O requerimento deverá especificar com clareza:

I – o ramo do comércio ou da indústria;

II – o montante do capital investido;

III – o local em que o requerente pretende exercer sua atividade.

Artº.167º- Não será concedida licença, dentro do perímetro urbano, aos estabelecimentos industriais incursos nas proibições constantes do artº. 30º deste Código.

Artº.168º- A licença para o funcionamento de açougues, padarias, confeitarias, leiterias, cafés bares, restaurantes, hotéis, pensões e outros estabelecimentos congêneres, será sempre precedida de exame no local n e de a provação da autoridade sanitária competente.

Artº.169º- Para efeito de fiscalização, o proprietário do estabelecimento licenciado, colocará o alvará de localização em lugar visível e o exibirá à autoridade competente sempre que esta o exigir.

Artº.170º- Para mudança de local de estabelecimento comercial ou industrial deverá ser solicitada a necessária permissão à Prefeitura, que verificará se o novo local satisfaz as condições exigidas.

Artº.171º- A licença de localização poderá ser cassada:

I – quando se tratar de negócios diferentes do requerido;

II – como medida preventiva, a bem da higiene, da moral ou do sossego e segurança públicas;

III – se o licenciado se negar a exibir o alvará de localização à autoridade competente, quando solicitado a fazê-lo;

IV – pos solicitação de autoridade competente, provados os motivos que fundamentarem a solicitação.

§1º- cassada a licença, o estabelecimento será imediatamente fechado.

§2º- poderá ser igualmente fechado todo estabelecimento que exercer atividades sem a necessária licença expedida em conformidade com o que preceitua este capítulo.

Seção II



Do Comércio Ambulante

Artº.172º- O exercício do comércio ambulante dependerá sempre de licença especial, que será concedida de conformidade com as prescrições da legislação fiscal do município do que preceitua este Código.

Artº.173º- Da licença concedida deverão constar os seguintes elementos essenciais, além de outros que forem estabelecidos:

- I – número de inscrição;
- II – residência do comerciante ou responsável;
- III – nome, razão social ou denominação sob cuja responsabilidade funciona o comércio ambulante.

Parágrafo único – O vendedor ambulante não licenciado para o exercício ou período em que esteja exercendo a atividade ficará sujeito à apreensão da mercadoria encontrada em seu poder.

Artº.174º- é proibido ao vendedor ambulante, sob pena de multa:

- I – estacionar nas vias públicas e outros logradouros, fora dos locais previamente determinados pela Prefeitura;
- II – impedir ou dificultar o trânsito nas vias públicas ou outros logradouros;
- III – transitar pelos passeios conduzindo cestos ou outros volumes grandes.

Artº.175º- Na infração de qualquer artigo desta seção será imposta a multa correspondente ao valor de 5 a 10% do salário mínimo vigente na região, além das penalidades fiscais cabíveis.

Capítulo II

Do Horário de Funcionamento

Artº.176º- A abertura e fechamento dos estabelecimentos industriais e comerciais do Município obedecerão aos seguinte horário; observados os preceitos da legislação Federal que regula o contrato de duração e as condições de trabalho.

- I – para a indústria de modo geral:
 - a) abertura e fechamento entre 06:00 e 17:00 nos dias úteis;
 - b) nos domingos e feriados nacionais os estabelecimentos permanecerão fechados, bem como nos feriados locais, quando decretados pela autoridade competente.

§1º- será permitido o trabalho em horários especiais, inclusive aos domingos, feriados nacionais ou locais, excluindo o expediente de escritório nos estabelecimentos que se dediquem as atividades seguintes: impressão de jornais,



laticínios, frio industrial, purificação e distribuição de água, produção e distribuição de energia elétrica, serviços telefônico, produção e distribuição de gás, serviços de esgotos, serviço de transporte coletivo ou a outras atividades que, a juízo da autoridade federal competente seja estendida tal prerrogativa.

II – para o comércio de modo geral:

a) abertura às 08:00 horas e fechamento às 18:00 horas nos dias úteis;

b) nos dias previstos na letra b, item I, os estabelecimentos permanecerão fechados;

c) os estabelecimentos não funcionarão em trinta (30) de outubro, dia consagrado ao empregado do comércio.

§2º- O Prefeito Municipal poderá, mediante solicitação das classes interessadas, prorrogar o horário dos estabelecimentos comerciais até às 22:00 horas na última quinzena de cada ano.

Artº.177º- Por motivo de conveniência pública, poderão funcionar em horários especiais os seguintes estabelecimentos:

I – varejistas de frutas, legumes, verduras, aves e ovos:

a) nos dias úteis – das 06:00 às 20:00 horas;

b) aos domingos e feriados – das 06:00 às 12:00.

II – varejistas de peixe:

a) nos dias úteis – das 05:00 às 17:00 horas;

b) aos domingos e feriados – das 05:00 às 12:00.

III – açougues e varejistas de carnes frescas:

a) nos dias úteis – das 05:00 às 18:00 horas;

b) nos domingos e feriados – das 05:00 às 12:00.

IV – padarias:

a) nos dias úteis – das 05:00 às 22:00 horas;

b) nos domingos e feriados – das 05:00 às 18:00 horas.

V – farmácias

a) nos dias úteis – das 08:00 às 22:00 horas;

b) nos domingos e feriados – no mesmo horário, para os estabelecimentos que estiverem de plantão, obedecida a escala organizada pela Prefeitura.

VI – restaurantes, bares, botequins, confeitarias, sorveterias e bilhares:

a) nos dias úteis – das 07:00 às 24:00;

b) nos domingos e feriados – das 07:00 às 22:00.

VII – agências de aluguel de bicicletas e similares:

a) nos dias úteis – das 06:00 às 22:00;

b) nos domingos e feriados – das 06:00 às 20:00.

VIII – charutarias e bomboniéres:

a) nos dias úteis – das 07:00 às 22:00 horas;

b) nos domingos e feriados – das 07:00 às 12:00 horas.

IX – barbeiros, cabeleireiros, massagistas e engraxates:



- a) nos dias úteis – das 08:00 às 20:00 horas;
- b) aos sábados e vésperas de feriados o encerramento poderá ser feito às 22:00 horas.

X – cafés e leiterias:

- a) nos dias úteis – das 05:00 às 22:00 horas;
- b) nos domingos e feriados – das 05:00 às 12:00 horas;

XI – distribuidores e vendedores de jornais e revistas:

- a) nos dias úteis – das 05:00 às 24:00 horas;
- b) nos domingos e feriados – das 05:00 às 18:00 horas.

XII – lojas de flores e coroas:

- a) nos dias úteis das 07:00 às 22:00 horas;
- b) nos domingos e feriados – das 07:00 às 12:00 horas.

XIII – carvoarias e similares:

- a) nos dias úteis – das 06:00 às 18:00 horas;
- b) nos domingos e feriados – das 06:00 às 12:00 horas.

XIV – “dancings”, cabarés e similares – das 20:00 às 02:00 horas da manhã seguinte.

XV – casas de loterias:

- a) nos dias úteis – das 08:00 às 20:00 horas;
- b) nos domingos e feriados – das 08:00 às 14:00 horas.

XVI – os postos de gasolina e as empresas funerárias poderão funcionar em qualquer dia e hora.

§1º- As farmácias, quando fechadas, poderão, em caso de urgência, atender ao público a qualquer hora do dia ou da noite.

§2º- Quando fechadas, as farmácias deverão afixar à porta uma placa com indicação dos estabelecimentos análogos que estiverem de plantão.

§3º- Para o funcionamento dos estabelecimentos de mais de um ramo de comércio será observado o horário determinado para a espécie principal, tendo em vista o estoque e a receita principal dos estabelecimento.

Artº.178º- As infrações resultantes do não cumprimento das disposições deste capítulo serão punidas com multa correspondente ao valor de 10 a 15% do salário mínimo vigente na região.

Capítulo III

Da Aferição de Pesos e Moedas

Artº.179º- As transações comerciais em que intervenham medidas, ou que façam referência a resultados de medidas de qualquer natureza, deverão obedecer ao que dispõe a legislação metrológica federal.



Artº.180º- As pessoas ou estabelecimentos que façam compra ou venda de mercadoria, são obrigados a submeter anualmente a exame, verificação e aferição os aparelhos e instrumentos de medir por eles utilizados.

§1º- a aferição deverá ser feita nos próprios estabelecimentos, depois de recolhida aos cofres municipais a respectiva taxa.

§2º- Os aparelhos e instrumentos utilizados por ambulantes deverão ser aferidos em local indicado pela Prefeitura.

Artº.181º- A aferição consiste na comparação dos pesos e medidas com os padrões metrológicos e na aposição do carimbo oficial da Prefeituras aos que forem julgados legais.

Artº.182º- Só serão aferidos os peso de metal, sendo rejeitados os de madeira, pedra, argila ou substância e uivalento.

Parágrafo único – serão igualmente rejeitados os jogos de pesos e medidas que se encontrarem amassados, furados ou de qualquer modo suspeitos.

Artº.183º- Para efeito de fiscalização, a Prefeitura poderá, em qualquer tempo, mandar proceder ao exame e verificação dos aparelhos e instrumentos de pesar ou medir, utilizados por pessoas ou estabelecimentos a que se refere o artigo 180.

Artº.184º- Os estabelecimentos comerciais ou industriais serão obrigados antes do inicio de suas atividades, a submeter à aferição os aparelhos e instrumentos de medir a ser utilizados em suas transações comerciais.

Artº.185º- Será aplicada multa correspondente ao valor de 5 a 10% do salário mínimo vigente na região àquele que:

I – usar, nas transações comerciais, aparelhos, instrumentos e utensílios de pesar ou medir que não sejam baseados no sistema métrico decimal;

II – deixar de apresentar anualmente, ou quando exigidos para exame, os aparelhos e instrumentos de pesar ou medir na compra ou venda de produtos;

III – usar, nos estabelecimentos comerciais ou industriais, instrumentos de medir ou pesar viciados, já aferidos ou não.

TÍTULO V

Disposição Final

Artº.186º- Este Código entrará em vigor 30 (trinta) dias após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas autoridades a quem o conhecimento e execução desta Lei pertencer que cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

Prefeitura Municipal de Soledade de Minas, em 09 de outubro de 1973.



LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº. 43/2007

“Dispõe sobre o acréscimo da alínea “a” ao inciso XIV do artigo 177 da Lei nº. 443/73 e dá outras providências”

A Câmara Municipal de Soledade de Minas – MG, aprova e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica acrescentado ao inciso XIV do artigo 177 da Lei Municipal nº. 433/73 a alínea “a”, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 177. (...)

(...)

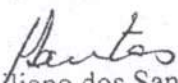
XIV - ...

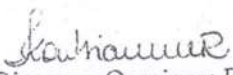
“a) em caso de bailes e eventos festivos, cujos acontecimentos não são semanais ou eventos de caráter eventual, terão suas atividades licenciadas para funcionamento das 20:00h às 04:00 do dia seguinte, a exceção do carnaval que poderá ocorrer até às 05:00h da manhã do dia seguinte.”

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Soledade de Minas – MG, em 22 de junho de 2007.


Geraldo Emfliano dos Santos
Prefeito Municipal


Kelly Giovana Owsiany Rocha
Chefe do Departamento de Administração

Registro: Livro de Leis nº 09- fls: 288 – 289

Publicação: Quadro de avisos da municipalidade.